RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

Mapas do des-envolvimento: críticas à representação cartográfica do espaço produtivo para a expansão dos monocultivos no norte do Espírito Santo

Maps of un-development: critiques of the cartographic representation of productive space for monoculture expansion in northern Espírito Santo

Mapas del desarrollo: críticas a la representación cartográfica del espacio productivo para la expansión de los monocultivos en el norte del Espíritu Santo

Angelo de Sousa Zanoni – PPGG-UFES, angelo.zanoni@edu.ufes.br
Douglas Rafael Salaroli – PPGG-UFES, douglas.salaroli@edu.ufes.br

Resumo: Este artigo se dedicou a apresentar o estudo crítico à narrativa desenvolvimentista e sua composição ideológica para a ocupação territorial do norte do estado do Espírito Santo. Partimos de um levantamento cartográfico para entender os mapas como fonte material do processo de valorização econômica colonialista. Usamos mapas como fontes históricas que compõem a análise do planejamento e a formação territorial, ou seja, documentos que ajudam a entender a lógica histórica da espacialidade produtiva e seus signos de poder (o saber técnico nos mapas). E, em sequência, a crítica a essa narrativa, revelando o que foi ocultado da história nos mapas. Nesta perspectiva, propomos analisar mapas em sua composição ideológica para a formação territorial do norte do Espírito Santo a partir dos anos 1960, especialmente, aqueles direcionados aos monocultivos de eucalipto para fins industriais.

Palavras-chave: Cartografia, Monocultivos, Formação Territorial, Representação do espaço.

Abstract: This article is dedicated to deepening the study of the narrative of geohistoriographical deconstruction and its ideological composition in the territorial occupation of the northern region of the state of Espírito Santo. We began with a cartographic survey to understand maps as material sources of the colonialist economic valorization process. Maps are used as historical sources that contribute to the analysis of territorial planning and formation—that is, as documents that help reveal the historical logic of productive spatiality and its signs of power (such as authors, sources, scales, and technical knowledge embedded in maps). Subsequently, we develop a critique of this narrative, unveiling what has been concealed from history through cartographic representations. From this perspective, we propose to analyze maps in their ideological composition related to the territorial formation of northern Espírito Santo from the 1960s onward, particularly those linked to eucalyptus monocultures for industrial purposes.

Keywords: Cartography, Monocultures, Territorial formation, Representation of space.

Resumen: Este artículo se dedicó a presentar el estudio crítico a la narrativa de desarrollo y su composición ideológica para la ocupación territorial del norte del estado del Espíritu Santo. Partimos de un levantamiento cartográfico para entender los mapas como fuente material del proceso de valorización económica colonialista. Usamos mapas como fuentes históricas que componen el análisis de la planificación y la formación territorial, o sea, documentos que ayudan a entender la lógica histórica de la espacialidad productiva y sus signos de poder (el saber técnico en los mapas). Y, en secuencia, la crítica a esa narrativa, revelando lo que fue ocultado de la historia en los mapas. En esta perspectiva, proponemos analizar mapas en su composición ideológica para la formación territorial del norte del Espíritu Santo a partir de los años 1960, especialmente aquellos dirigidos a los monocultivos de eucalipto para fines industriales.

Palabras clave: Cartografía, Monocultivos, Formación Territorial, Representación del espacio.

1. Introdução e fundamentação teórica

Este artigo propõe o estudo dos mapas como documentos que nos contam histórias. E a história que buscamos analisar, se expressa na constituição da expansão produtiva de monocultivos de eucalipto para fins industriais no território do Sapê do Norte, no norte do estado do Espírito Santo. História esta que faz do uso do mapa uma expressão política do pensamento espacial e um objeto pelo qual se revela o desejo do território como meio. São mapeamentos elaborados e produzidos sob a tutela de empresas privadas, pelo governo estadual e por instituições de pesquisa, portanto se constituem como fontes que revelam as ideologias geográficas na elaboração dos mapas como produtos do pensamento espacial. Disso, torna-se possível identificar como os mapas atuaram de forma estruturadora no discurso da espacialidade produtiva no processo da formação econômica territorial no norte do Espírito Santo, invisibilizando outras grafias produzidas pelos sujeitos do território.

Optamos por analisar mapas que traduzam tempos históricos distintos, mas que procuram atender à lógica do espaço como meio e interesse econômico, são eles: Imagem do mapa da Província do Espírito Santo (1868), Mapa da Zona Indicada para “reflorestamento” em escala econômica (ECOTEC - 1967), e o Mapa de Classificação do Potencial para a Silvicultura de Eucalipto (GEDAGRO - 2022).

Para Girardi (2000) os mapas além de refletir a visão de mundo do seu criador, se apresentam também como “a face significante da ideologia”.

Assim, para poder ler, através do mapa, a sociedade que o produz e o consome, os valores que estão em jogo e, conseqüentemente, o poder da representação, é preciso que se identifiquem, em primeiro lugar, os componentes da imagem literal ou denotada, ou seja, os aspectos icônicos, lingüísticos, espaciais, temporais e a maneira como são articulados no “discurso” ou, em outras palavras, compreender o seu sentido (Girardi, 2000, p. 48-49).

Crampton e Krygier (2008) retomam o pensamento proposto por Harley (1989) no qual os mapas devem ser entendidos como documentos sociológicos capturados sobre um contexto histórico e, deste modo, coadunam aos produtores dos mapas às responsabilidades por seus efeitos. Deste modo, quando analisados sob a perspectiva de Girardi (2000) e a metodologia proposta por Harley (1989), os mapas aqui tratados denotam uma força discursiva para a espacialização econômica do monocultivo no norte do estado do Espírito Santo. Apresentam os aparatos científicos e tecnológicos que são necessários para induzir um “domínio da produção aparentemente neutra e científica” (Crampton e Krygier, 2008, p. 90), o qual deve ser entendido como verdade única sobre o lugar que é representado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

Pensamos na desconstrução das relações de poder destes mapas, feitas por uma leitura crítica sobre as ideologias geográficas a serviço da expansão econômica. Disso se revela que as produções cartográficas analisadas atuam para "uma intervenção altamente parcial, amiúde em favor dos interesses do Estado" (Crampton e Krygier, 2008, p. 90), sob os desígnios dos atores hegemônicos da economia capixaba. Resulta-se disso que, entre os anos de 1960 e 1980, houve um aumento de 585% e 1.174% da área plantada de eucalipto nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, respectivamente, segundo dados do Censo Agrícola. Atualmente, o MapBIOMAS e o indicador Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) estimam em média cerca de 45 mil hectares de monocultivos de eucalipto em cada município que, no caso de Conceição da Barra, representa mais da metade da área agrícola do município.

Tabela 01 - Evolução da área plantada de eucalipto (em hectares)

Município	**1960**	**1975**	**1980**	**1995**	**2017**
Conceição da Barra	2.634,00	11.509,77	30.910,74	33.685,29	41.996,00
São Mateus	9.252,00	36.534,60	54.134,13	52.152,78	40.443,00

Fonte: Censos Agropecuários.

A interpretação de mapas forma uma base de conhecimento a partir das imagens que estes criam sobre o mundo. Questiona-se, portanto, qual é o significado dos mapas nos estudos técnicos e oficiais sobre o norte capixaba? Quais verdades e relações de poder estão expostas nos mapas oficiais? Há outras verdades?

Sabemos que o mapa carrega intencionalidades de seus formuladores, os mapas que aqui são trazidos também parte de uma escolha nossa, selecionadas para os casos mais emblemáticos e que dialogam com o tema ora proposto, ao tempo que problematiza as formas hegemônicas de produção do espaço como mercadoria, pela via da territorialização do capital, na forma de monocultivo de eucalipto. Todos os elementos dos mapas (título, escala, orientação, dentre outros), se analisados de forma crítica, revelam as intencionalidades de seus formuladores e estão, cada vez mais, impregnados por técnicas automatizadas de produção.

Imprimindo a colonialidade no mapa.

Em muitos estudos críticos à narrativa geo-historiográfica do Espírito Santo, termos como "sertão", "vazios demográficos", "vocação econômica", são problematizados e compõe a chamada ideologia desenvolvimentista, propagada pelo setor empresarial e instituições governamentais (vide Bernardo Neto, 2017; Daré, 2014; Ferreira, 2009; Nascimento 2016; Scarim, 2009; Andrade, 2020). Tais estudos se basearam em materiais historiográficos, relatórios técnicos e de planejamento de governos, e expõe o caráter desenvolvimentista de sua

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

proposição. Nesta linha, propomos aqui fazer uma análise crítica à narrativa desenvolvimentista com base em alguns materiais cartográficos.

A começar pelo mapa da província do Espírito Santo de 1868, semelhante ao publicado em 1796 (Figura 1). Embora tenha sido produzido e publicado no período colonial, ele expõe o sentido ideológico do termo sertão, compreendido naquele período sob dois sentidos: um espacial, de interior; e um social, de região pouco povoada (Lima, 1998, p. 2). Apresenta também uma generalização racista dos indígenas presentes na região norte do Espírito Santo, conferindo uma colonialidade nos mapas oficiais que se ressignificam nos períodos posteriores.

Este mapa compôs o atlas do Império brasileiro, organizado pelo então senador Candido Mendes de Almeida, antigo professor de Geografia e História do Liceo de São Luiz, na província do Maranhão. Não só pelo fato de ser professor de Geografia e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Candido Mendes publicou o primeiro Atlas do Brasil, considerado à época um marco para a cartografia brasileira, onde mostrava-se uma preocupação em definir as fronteiras brasileiras, tanto em relação a outros países como em relação às próprias províncias. Dessa forma, apostou na linguagem cartográfica com intuito de criar uma imagem do espaço brasileiro de forma a consolidar os limites que foram por ele propostos (GUERRA, dos SANTOS, 2011). Segundo, Lima, A. (2013):

A obra impressiona já pela riqueza das fontes utilizadas, listadas num inventário com praticamente tudo que de essencial se tinha produzido sobre o território brasileiro: mapas de todas as épocas e procedências; tratados diplomáticos; legislação; debates parlamentares; relatórios oficiais; itinerários e relatos de viajantes; projetos de estradas e de outras obras; livros de geografia, história e estatística; crônicas de colonos e missionários; estudos das comissões demarcadoras. Como revela o autor nos agradecimentos, o acesso às fontes envolveu contatos políticos e pessoais com os que guardavam documentos então inacessíveis. Abriram suas portas tanto cientistas e estudiosos, quanto altos funcionários da burocracia estatal — destes especialmente os diplomatas e militares, tradicionais detentores do saber sobre o território.

Figura 1 – Província do Espírito Santo (1868).

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026



Fonte: Atlas do Império do Brazil.

Os termos sertão e vazios demográficos estavam presentes também nos mapas de outras províncias, como é apresentado por Cavenaghi (2008) em relação à província de São Paulo, que definiam o oeste paulista como “terrenos despovoados”. Para o autor, essa expressão serviria para atrair imigrantes e assim idealizar a conquista do território em sua totalidade administrativa.

No mapa indicado, a expressão “Terrenos Despovoados”, assume um suporte ideológico alicerçado nas necessidades diretas do Estado constituído. Ao imigrante recém chegado, mesmo

que ainda tomado pelas dificuldades locais, como também pelas barreiras culturais e linguísticas, a existência de um documento oficial atestando a não existência de donos "oficiais", nos territórios mostrados, garantiria um impulso necessário ao seu deslocamento até a região (idem, p. 395).

Para Cavenaghi (2008), Candido Mendes "buscou a manutenção do status quo político e econômico, mostrando que a cartografia, definida, de forma tradicional, como uma ciência técnica e positivista, servia a apoiar diretamente o poder político constituído" (idem, p. 392). Assim, mapeava-se as áreas de expansão da moderno-colonialidade ao qualificá-las como sertão desconhecido e terrenos despovoados, ao passo que surgiam a necessidade estatal de definição das fronteiras internas e externas, bem como projetar as áreas de ocupação e expansão da economia capitalista mundializada.

Em 1909, outro importante atlas do Brasil é lançado, sob autoria de Barão Homem de Mello e Dr. Francisco Homem de Mello. Nota-se que ambos os Atlas do Brasil são orientados para seu uso na docência, como recurso didático no ensino de geografia. Também são enaltecidos como um método sintético, em oposição a um método analítico e descritivo, o que, no prefácio e para os autores, era um método transformador, mas que se mostrava como um propagador de uma cartografia cartesiana e rígida, pela qual se orientava para o ensino das latitudes, longitudes, escalas numérica e gráfica, hipsometria, limites político-administrativo, dentre outros atributos que compõem o sistema cartesiano de mapeamento.

Pode-se observar a presença de terminologias como "terrenos pouco explorados", "matas desconhecidas", "sertões", além de um grau de informação mais detalhada em relação ao atlas anterior, inclusive na definição das fronteiras internas e externas, o que é aceitável tendo em vista o avanço nestas definições que se teve nas quatro décadas que os separavam.

De fato, essas terminologias não são vazias de conteúdo, uma vez que é acompanhada por uma série de discurso presente na obra, com destaque para a ideia de progresso e desenvolvimento econômico:

(...) o desenvolvimento econômico do Brazil precisava de ser apresentado, não somente para que os Brazileiros conhecessem as riquezas do seu vasto paiz, mas também para que os estrangeiros pudessem avaliar os numerosos recursos que a sua actividade poderia encontrar n'esta portentosa região. (Homem de Melo, 1912, p. 15).

Os dois primeiros atlas também sustentaram a produção do Geografias-Atlas (1912), Atlas Histórico do Brasil (iniciado em 1939) e o Atlas Histórico Escolar (1956). Outro fato importante de se destacar é a atuação desses geógrafos e cartógrafos como Candido de Mendes e Barão de Mello no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

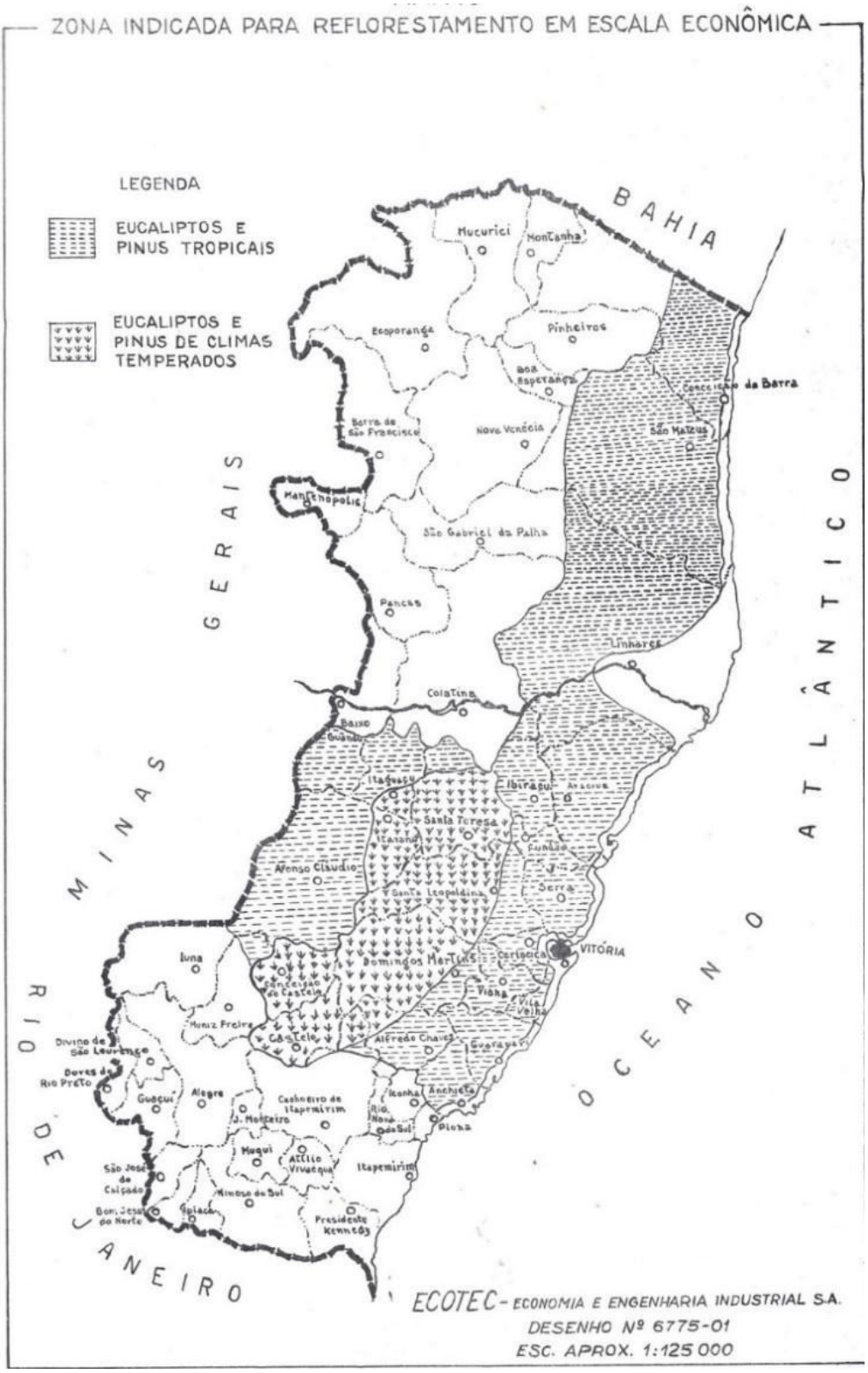
Embora os mapas servissem para o ensino de geografia, atuavam também para sustentação de um discurso geográfico permeado pela noção de progresso. Esses mapas não possuíam a carga técnico-científica dos mapas produzidos nas décadas seguintes. Contudo, as inovações tecnológicas oriundas da 2ª Guerra Mundial serviram de base para a consolidação de uma cartografia ainda cartesiana, mas agora com a precisão dos satélites. Esta modernização dos instrumentos cartográficos não se descolou da colonialidade do saber, tornou-se uma credencial de amparo do conhecimento científico em cartografia articulando, cada vez mais, projetos globais em escalas locais.

Os mapas e a territorialização dos monocultivos de eucalipto no norte do ES

A cartografia moderna expõe seu conteúdo colonialista pela continuidade de seu uso na sustentação do discurso de superação do atraso e busca do progresso, de forma que vai servir aos estudos técnicos sugeridos pela conjuntura dos planejamentos econômicos e regionais.

Figura 2 – Zona Indicada para “reflorestamento” em escala econômica – ECOTEC (1967)

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026



Fonte: ECOTEC, 1967.

O mapa intitulado Zona Indicada para Reflorestamento em Escala Econômica (FIGURA 2) do Estudo para o Desenvolvimento Econômico do Estado, é apresentado após uma análise sobre a evolução e projeção demográfica capixaba e do potencial florestal do estado. Nesta

segunda parte, é importante notar a predominância de geógrafos como referência na caracterização da área, dentre eles: Pierre Deffontaines, Silvio Frois de Abreu, Lisa Maria Cavalcante Bernardes, Cícero Moraes, dentre outros. A caracterização geográfica foi embasada pelos estudos desses geógrafos, através de divisões regionais, de análise das condições topográficas e climáticas, bem como da composição florestal (Floresta Atlântica e Floresta de Tabuleiros). Desse modo, apresenta as condições das florestas do estado naquele momento, suas espécies nativas e cultivadas, o seu grau de exploração e devastação para, em seguida, oferecer uma análise sobre o potencial florestal suscetível de exploração imediata apresentando as espécies comerciáveis, a saber: pinus para as Florestas Atlânticas, e eucalipto para a Floresta de Tabuleiros.

Neste mapa são apresentadas as áreas do estado do Espírito Santo identificadas como de grande potencial para a silvicultura. Certamente, como nos é indicado no estudo, as condições climáticas e geomorfológicas são fatores favoráveis para a escolha da área: a grande disponibilidade hídrica das planícies costeiras e a condição atmosférica úmida da massa de ar atlântica são fundamentais para a implantação de empreendimentos dessa natureza. Assim, o documento avalia que devido à rápida exaustão das florestas pela abertura de novas áreas e pastagem, é necessária uma política de reflorestamento orientado, desde que:

Se racionalize a explotação das reservas remanescentes;

Se impeçam as derrubadas para a lavoura e a formação de pastos;

Se ponham em prática as medidas de estímulo ao reflorestamento, não só de recuperação de espécies nativas, mas de formação de florestas homogêneas nas áreas já devastadas, o Estado do Espírito Santo poderá superar a crise que se avizinha e consolidar, de forma definitiva, sua posição de produtor permanente de madeira (ECOTEC, 1967, p. 54).

A partir daí é apresentado as áreas das regiões favoráveis à silvicultura, considerando uma alternativa à saída da crise imposta pela erradicação dos cafezais pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica (GERCA), sendo este cultivo, o do café, um dos principais responsáveis pela devastação das florestas capixabas.

Tendo sido a erradicação generalizada em todas as regiões do Estado do Espírito Santo e podendo ser o reflorestamento realizado em todas as áreas liberadas, conclui-se que a silvicultura pode ser implantada em todo o território capixaba, desde que sejam criadas as condições necessárias (ECOTEC, 1967, p. 61).

Ao considerar os fatores de indicação das áreas de “reflorestamento”, o autor considera o tamanho e tipo de propriedade que, no caso do pequeno proprietário lavrador, grande parte de sua área será utilizada para produção agrícola. No entanto, outro fator nos chama a atenção:

o preço das terras e o tamanho das áreas disponíveis. Para eles, esses fatores são “motivos de ordem econômica, para localização das culturas florestais” e conclui: “O que se nota é que estas condições são encontradas na região, principalmente na faixa do platô terciário, abrangendo Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, onde já existem alguns empreendimentos florestais, porém, na forma embrionária (ECOTEC, 1967, p. 64).

Acrescenta-se um fator de grande relevância, para além das condições fisiográficas, e que não foi indicado no estudo: a presença de povos e comunidades tradicionais que historicamente ocupam essas áreas. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, camponeses, dentre outros povos que, em sua maioria, não possuíam título de posse da terra, se tornam reféns dessa valorização capitalista do espaço que subjugam seus territórios e modos de vida para fins da reprodução capitalista e, para isso não são identificados na “escala econômica” como é chamada no título do mapa. A escolha desta escala “econômica” revela a intencionalidade e o viés ideológico do mapa, desprezando todas as práticas territoriais historicamente realizadas nessas áreas pelos povos e comunidades tradicionais, tais como: agricultura, pesca, caça, criação de animais, extrativismo, lazer, dentre outras.

Ainda mais sabendo-se que há, neste Estado, uma boa porcentagem de terras cujo uso atual não tem significado econômico-social e que, de acordo com as normas de aproveitamento racional, indicadas para reflorestamento (ECOTEC, 1967, p. 61).

Salienta-se o uso da cartografia na sustentação de ideologias geográficas e políticas territoriais desenvolvimentistas no Espírito Santo. A área qualificada como potencial para silvicultura foi materializada por meio de políticas de incentivos para o setor industrial de papel e celulose, a partir da década de 1960 com os programas de incentivo à implantação da Aracruz Florestal. Expropriações, violências, grilagens, e acordos políticos provocaram a saída e redução da população de quilombos, posseiros e ribeirinhos. Segundo o mapa de conflitos organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estima-se que o Sapê do Norte abrigava cerca de 12 mil famílias, reduzidas a 1.200 atualmente - uma redução de 90% da população.

O avanço dos monocultivos de eucalipto na região norte do Espírito Santo segue um padrão no qual destacam-se a racionalidade do espaço euclidiano e o discurso de progresso pautado no uso da natureza como recurso. Girardi (2007) destaca o papel da produção de mapas como uma ferramenta de dominação pela via econômica, assim “tanto antigos mapas portulanos como as atuais imagens orbitais de resolução submétrica são respostas às demandas por conhecimentos para incorporação produtiva no interior do sistema econômico vigente” (Girardi. 2007. p. 48). Observa-se, com isso, como é possível criar uma política de desenvolvimento agrário, mais especificamente para a silvicultura, a partir do discurso da

aptidão “florestal” nos mapas. As geografias que se realizam no território e que não se adaptam a esta lógica são invisibilizadas, e o mapa é o instrumento deste processo.

O mapa, portanto, revela informações de acordo com os objetivos para os quais foram traçados. Por outro lado, esconde as ideologias geográficas, que precisam ser reveladas por uma análise crítica sobre sua produção, a começar pelo organizador e elaborador do mapa, as fontes usadas, o seu título e a escala.

Os avanços tecnológicos nos meios de comunicação e informação alcançam a cartografia e intensifica a cultura técnica com o maior detalhamento de informações geográficas, o que também respaldará os mapas seguintes, elaborados para fins de planejamento agrícola do estado, dentre eles o Mapa de Aptidão de Terras Agrícolas no Espírito Santo (1979) e o Mapa de Aptidão Florestal (1992). Destacam a necessidade de não só avaliar o uso de novas tecnologias para atividades agrícolas com vistas ao aumento produtivo e racional, mas para fazer o uso dela no próprio planejamento.

O Mapa de Aptidão Agrícola das Terras do Espírito Santo, lançado pela Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN) em 1979, oferece uma interpretação dos solos visando uma “utilização racional desse recurso natural na agricultura e em outros setores que utilizam o solo como elemento integrante de suas atividades” (SUPLAN, 1979).

Assim, podem ser realizadas interpretações para atividades agrícolas, classificando as terras de acordo com sua aptidão para diversas culturas, sob diferentes condições de manejo e viabilidade de melhoramento através de novas tecnologias. A interpretação também pode ser considerada as necessidades de fertilizantes e corretivos, possibilitando a avaliação da demanda potencial desses insumos em função da área cultivada do País. Todas essas interpretações são elaboradas com base em classificações técnicas, com finalidades bem definidas e que retratam o nível tecnológico do momento em que são feitas (Idem, p. 51).

O estudo resultou numa avaliação da aptidão agrícola das terras do Espírito Santo para lavouras (ciclos curtos e longos), pastagem (plantada e natural) e silvicultura, considerando seu nível de manejo, dividido em três diferentes níveis tecnológicos, com vistas a avaliar a fertilidade e corretivos agrícolas, práticas conservacionistas, possibilidades de mecanização.

Entretanto, o estudo de Aptidão florestal das Terras do Estado do Espírito Santo, publicado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico em 1992, e realizado pelo Grupo de Trabalho da Indústria Florestal, sob coordenação da Aracruz Celulose S.A, revela o quão próximo a política de planejamento estatal manteve-se atrelado aos interesses econômicos empresariais. Portanto, não apenas na propagação da ideologia do atraso e dos vazios demográficos promotores da instalação da indústria de celulose e expansão dos monocultivos,

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

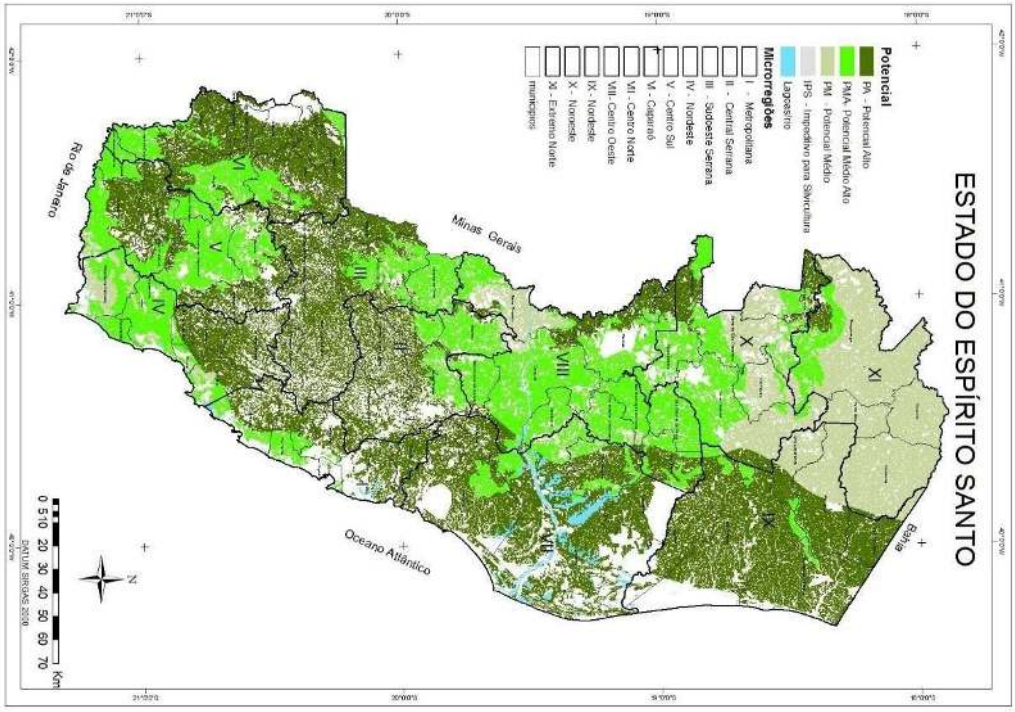
mas também na sua manutenção tanto no regime militar quanto na política neoliberal da década de 1990, sob a justificativa de necessidade de atendimento das demandas de produtos florestais no âmbito regional, nacional e internacional. Por isso, “é necessário o planejamento do uso da terra, o qual dará suporte à implantação correta dos empreendimentos” (Barbosa et al, 1992, p. 5). Para isso, estratificou-se as áreas de aptidão à silvicultura em áreas exclusivas, preferencial, não preferencial e áreas sem aptidão para silvicultura. Sendo as áreas exclusivas e preferencial àquelas com alta declividade e com solo mais propício à erosão, portanto, a silvicultura possui uma importância ambiental, conforme exigido pelo Código Florestal para áreas com declive entre 45 a 75%. Sendo assim, as áreas não preferenciais para a silvicultura estariam voltadas prioritariamente para as atividades agropecuárias, devido a prioridade na demanda de alimentos. As áreas consideradas “não preferencial” para a silvicultura encontram-se na Mesorregião Litoral Norte, contemplando 71,24% das áreas “não preferencial” aptas para silvicultura (Barbosa et al, 1992, p. 12).

Esta área não preferencial sobrepõe-se à área de “reflorestamento” proposto pela ECOTEC em 1967, e pela qual se expandiu os monocultivos de eucalipto para indústria de celulose. Desta forma, compreende-se que o estudo de aptidão florestal se baseou no reflorestamento de encosta com alta declividade, em que o sentido econômico é secundário ao plantio florestal. No entanto, para uma atividade de cunho econômico como é feito o monocultivo de eucalipto para fins industriais, as áreas não preferenciais são as mais aptas para esta atividade, tendo em vista sua potencialidade edafoclimática e topográfica, além da possibilidade de uso de maquinários e fertilizantes.

É o que também nos mostra o Mapa de classificação do potencial para a silvicultura de eucalipto (Figura 3), publicado em 2022 pelo Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (CEDAGRO). As áreas consideradas pelo estudo de Aptidão Florestal como não preferencial, aparece no mapa abaixo como áreas de alto potencial natural para a silvicultura de eucalipto, uma vez que “possui melhor adaptação às condições naturais adversas e oferece maior proteção ao solo”, “baixa restrição da questão logística, renda da silvicultura compatível ou superior às outras culturas”, “presença de conflitos quanto ao uso da água, condição que favorece a silvicultura de eucalipto porque normalmente não usa a tecnologia da irrigação” (CEDAGRO, 2015).

Figura 3 - Mapa de classificação do potencial para a silvicultura de eucalipto

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026



Fonte: CEDAGRO, 2022.

Embora sejam dois estudos sobre aptidão à silvicultura, apresentam-se critérios diferentes para classificação da aptidão. No entanto, o mapa apresentado no estudo da CEDAGRO possui um viés econômico para a silvicultura muito mais marcante, uma vez que limita a silvicultura do eucalipto. No entanto, esta visão empresarial da silvicultura se manterá presente em todos os outros estudos de planejamento econômico do Espírito Santo.

Na virada do século, diante de uma reorganização dos atores políticos e empresariais no Espírito Santo, a política de planejamento se intensificou com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba: os PEDEAGs, publicado pela Secretaria de Agricultura do Espírito Santo. O primeiro lançado em 2003, sob o governo de Paulo Hartung buscou “desenvolver no estado uma agricultura competitiva, diversificada e sustentável”, enquanto o segundo PEDEAG, lançado em 2008, buscou atualizar o primeiro com vista a incorporar uma visão regionalizada do planejamento. Por fim, o terceiro PEDEAG, lançado em 2016 com metas até 2030, optou pela incorporação do termo agronegócio, englobando todas e quaisquer atividades agropecuárias no estado, com vistas a relacioná-los à inovação e sustentabilidade como temas transversais.

O PEDEAG é um instrumento de análise do cenário atual e futuro que tem o objetivo de estabelecer estratégias e iniciativas que possam ser planejadas, geridas e implantadas, com foco na geração de melhores resultados para o agronegócio capixaba. É uma ferramenta que vem colocando o estado como pioneiro no planejamento e na gestão pública do agronegócio.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

(...) sendo utilizado como a principal ferramenta de planejamento do setor agrícola no estado (SEAG, 2016, p. 13).

A cartografia se ressignifica através de outros mapeamentos, por vezes mais tecnicistas e associados diretamente ao instrumento de planejamento. São mapas autonomizados, chamados de “mapas estratégicos”, nos quais as informações não são espacializadas numa base cartográfica político-administrativa convencional, mas compõem um mapa de informações:

O modelo conceitual global é o mapa da estratégia para transformação do agronegócio capixaba sustentado pelos pilares da inovação e da sustentabilidade. Toda essa modelagem permitiu visualizar informações estratégicas e extrair prioridades para o desenvolvimento do agronegócio (SEAG, 2016, p.25).

Para isso, o plano utilizou-se da análise de SWOT para “compreender o ambiente do agronegócio capixaba” e elaborar o “mapa de decisões estratégicas do PEDEAG 3”, com vistas a (1) reconhecer situação e cenário atual das cadeias de valor; (2) reconhecer situação e cenário atual do agronegócio capixaba; (3) de definir evolução e cenário futuro das cadeias de valor; e (4) de definir evolução e cenário futuro do agronegócio capixaba. A elaboração desses quatro primeiros mapas de decisões serviu-se de base para a elaboração de um “Modelo Conceitual Global” (Figura 7), que “deve ser entendido como o mapa da estratégia para a evolução do agronegócio capixaba” (SEAG, 2016, p. 23).

Figura 4 – Mapa de decisões: PEDEAG 3.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/10/2026 | aceito: 09/10/2026 | publicação: 14/10/2026

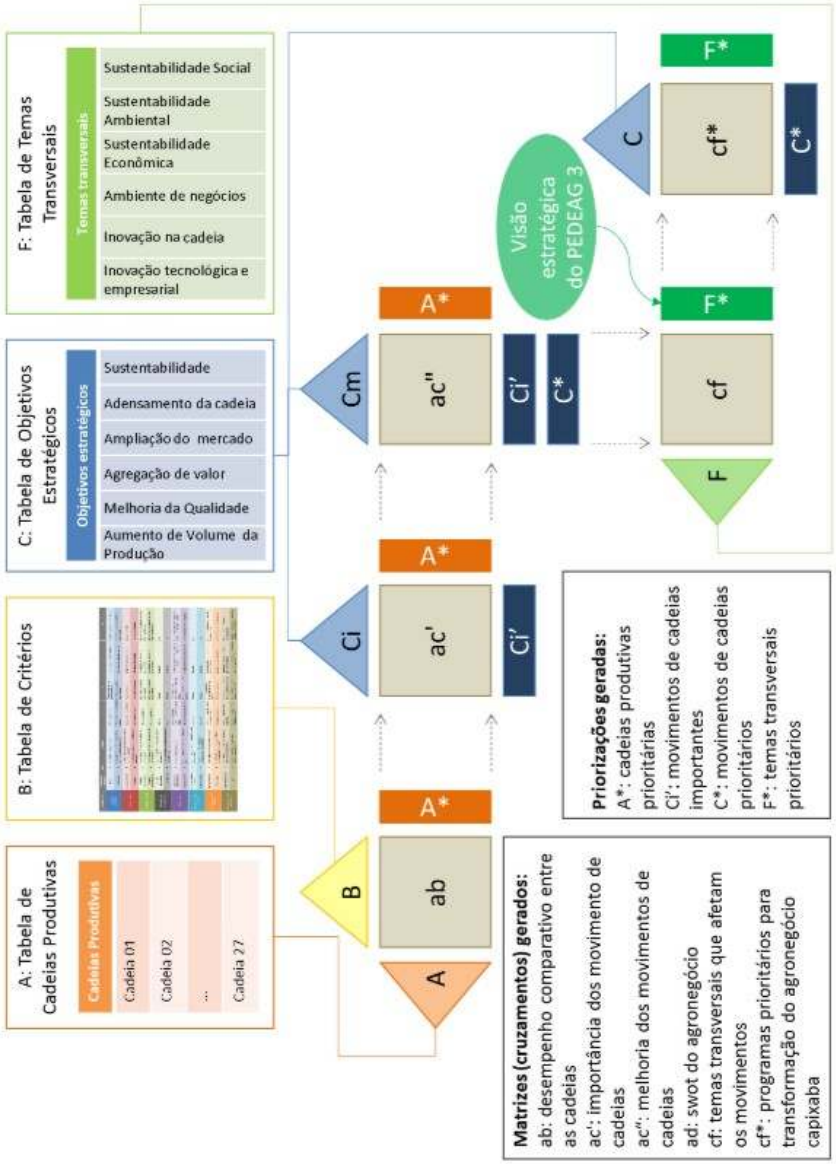


Figura 12 – MAPA DE DECISÕES v: Modelo Conceitual Global

Fonte: SEAG, 2016.

Certamente, a maior parte do leitor, ao se deparar com este mapa de decisões, terá enormes dificuldades em sua interpretação, condicionada por um tanto de letras, números e símbolos, que requer uma leitura aprofundada da metodologia adotada. Sendo assim, por meio de metodologia mais sofisticadas de levantamento de dados e informação, os mapas "estratégicos" e "de decisões" mantém o processo de diagnóstico e sustenta as políticas territoriais para o avanço das cadeias produtivas do agronegócio. São 27 cadeias produtivas consideradas no III PEDEAG. Destacamos a análise feita via SWOT para a cadeia da silvicultura que se encontra de alguma forma apresentada no mapa de decisões ora exposto.

No que se refere aos pontos fortes, dois pontos nos chamaram atenção: (ii) a vocação para produção florestal, (iii) a disponibilidade de áreas para expansão. A manutenção da ideia

de vocação atribuída à estudos como os de aptidão florestal insinua uma disposição natural e espontânea para atividades empresariais e de monocultivos que, em se tratando de biodiversidade, é prejudicial a qualquer ecossistema, especialmente pelo uso intensivo de agroquímicos e maquinários, bem como do histórico processo de violência e expropriação aos povos tradicionais desprezados historicamente nos processos de planejamento, empírico e/ou científico. Em relação a disponibilidade de áreas para expansão, não foram informados no plano os locais, os tipos e tamanhos das propriedades disponíveis para tal expansão, apenas da existência de áreas propícias ao plantio.

Com relação às oportunidades para a cadeia da silvicultura, destaca-se "(ii) a certificação das produções florestais para atender mercados exigentes", o que tem levado a principal empresa de celulose buscar adequação no que se refere às relações socioambientais. No entanto, tais certificações são emitidas mesmo com as constantes disputas e relação conflituosa entre a empresa e as comunidades, o que gera uma profunda contradição, já que um dos critérios (Princípio 4 - Relação com a Comunidade) da principal certificadora internacional do setor - a Forest Stewardship Council (FSC), estabelece que o manejo florestal deve garantir os direitos, o bem-estar e o engajamento das comunidades locais e tradicionais. Geralmente, as certificadoras aceitam que projetos desenvolvidos pela empresa com alguns membros do entorno seja suficiente para caracterizar uma "boa vizinhança", atendendo assim o critério para certificação.

Em relação às fraquezas, o III PEDEAG identificou doze pontos, alguns ligados à atividade de silvicultura por particulares e outros ligados às atividades empresariais. Mas, o que chamou atenção é o último ponto: (xii) imagem negativa sobre cultivo de eucalipto. Os estudos realizados no início do século sobre a expansão do eucalipto e a instalação da fábrica de celulose, denunciou os impactos socioambientais causados pelos monocultivos, dentre eles: a escassez hídrica, a consequente diminuição de alimentos da agricultura, da pesca, da caça e da biodiversidade como um todo. Muitos foram os esforços em melhorar essa imagem, no sentido de deslegitimar os estudos dos impactos do eucalipto, porém, esses esforços não se concretizam pois, empiricamente, é perceptível a crise hídrica no entorno e nas áreas de produção: desaparecimento de córregos, estrutura de manilhamento inadequada, barragens decorrentes de estradas mal planejadas, etc.

E, por último, em relação às ameaças para o setor de silvicultura no Espírito Santo, os estudos do III PEDEAG identificou "(i) a insegurança jurídica sobre direito de plantio e de colheita da produção florestal". Esse ponto parece estar muito ligado aos processos de disputas territoriais entre as comunidades tradicionais e as empresas monocultoras de eucalipto,

especialmente, sob os processos de retomadas de territórios que, de forma prática, eliminam o eucalipto das áreas historicamente ocupadas por essas populações.

Torna-se necessário distinguir qual silvicultura o estudo se refere, uma vez que se mistura à produção de madeira em propriedades particulares e mesmo em áreas de proteção com a produção de eucalipto por empresas de celulose, mistura essa justificada pelo conceito assumido de “agronegócio”. No entanto, a insegurança jurídica, tratada como ameaça, está relacionada à silvicultura de eucalipto, ou melhor, aos monocultivos de eucalipto para celulose. Ao tratar dos aspectos históricos, o documento sequer apresenta a implementação desses monocultivos e a negação de direitos dos povos e comunidades habitantes das regiões por onde foi expandido os monocultivos. A insegurança jurídica não é unilateral. As comunidades tradicionais, como o caso dos quilombolas, vivem essa insegurança por não terem os seus territórios homologados, mesmo aqueles já reconhecidos.

Aliás, em nenhuma das mais de 200 páginas que compõem o III PEDEAG aparece o termo comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, indígena, camponeses. O modelo desenvolvimentista mantém uma das principais características da moderno-colonialidade: o colonialismo do poder, como nos adverte Quijano (2005), e a consequente invisibilidade dos povos originários e tradicionais, suas experiências e epistemes.

Considerações Finais

Com base nas análises realizadas neste estudo, demonstra-se que os mapas não são apenas representações técnicas e neutras do espaço, mas são construções políticas que materializam projetos de poder ao propagar a ideologia desenvolvimentista. Ao longo de diferentes períodos históricos, as cartografias oficiais e institucionais acerca do norte do Espírito Santo atuaram como instrumentos de legitimação da expansão de projetos modernos-coloniais, (re)produzindo narrativas espaciais que silenciam e invisibilizam outras formas de habitar o território.

Decorre daí duas evidências na análise dos mapas selecionados: por um lado, eles revelam a face ideológica da territorialização do capital pelos monocultivos de eucalipto; e, por outro, sua leitura crítica permite desvelar os processos de sustentação da espacialização econômica dos monocultivos. Assim, reafirma-se a importância de questionar as verdades instituídas pelas cartografias oficiais, as intencionalidades de seus formuladores e as consequências sociais e ambientais decorrentes de sua aplicação.

Conclui-se, portanto, que o estudo dos mapas como documentos históricos e políticos possibilita não apenas compreender a formação econômica territorial marcada pela

territorialização do capital por meio de monocultivos, mas também abrir espaço para pensar outras cartografias possíveis, que expressam a pluralidade de saberes e experiências dos sujeitos do território. Nesse sentido, a desconstrução crítica das ideologias geográficas inscritas nos mapas é também um convite à construção de narrativas espaciais que reconheçam e valorizem os modos de vida que resistem e persistem no Sapê do Norte.

Referências

ANDRADE, Luiz A. E. Esboço de uma crítica à compreensão fetichista da formação do estado do Espírito Santo como “formação econômica”. Geografares, [S. l.], n. 30, p. 8–31, 2020. DOI: 10.7147/GEO30.30113. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/30113. Acesso em: 9 mar. 2024.

BARBOSA, C. A., DADALTO, G. G., & SARTORI, M. Aptidão florestal das terras do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN). Aptidão agrícola das terras do Espírito Santo. Brasília, DF: BINAGRI, 1979. 81 p. (v. 19).

CAVENAGHI, A. J. O ATLAS DO IMPÉRIO DO BRAZIL E AS REPRESENTAÇÕES EXISTENTES NO LIVRO: “HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: IMPÉRIO: A CORTE E A MODERNIDADE NACIONAL”. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 41, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6546. Acesso em: 5 out. 2024.

CEDAGRO. Aptidão para a Silvicultura de Eucalipto nas diferentes Regiões do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, 2015.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 85-111, 2008.

DADALTO, Gilmar Gusmão et al. DIMENSIONAMENTO DO SETOR DE BASE FLORESTAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Cedagro, 2022.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFES/CCHN, 2014.

ECOTEC. Estudos para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo: Potencial florestal e silvicultura no estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1967.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura: PEDEAG 3 2015-2030. Vitória, ES: Seag, 2016, 206 p.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. 526 fls. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

FIOCRUZ. ES – Quilombo de Sapê do Norte: reduzidos a 10%, em pessoas e território, continuam na luta pela titulação de suas terras. Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. 2015. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-quilombo-de-sape-do-norte-reduzidos-a-10-em-pessoas-e-territorio-continuam-na-luta-pela-titulacao-de-suas-terras/#fontes. Acesso em 17 de outubro de 2025.

GIRARDI, G.. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre Geografia e Cartografia. Geografares (Vitória), Vitória, v. 1, p. 41-50, 2000.

_____. Cartografia geográfica: reflexões e contribuições. Boletim Paulista de Geografia, v. 87, p. 45-66, 2007.

GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. O “ATLAS DO IMPÉRIO DO BRAZIL”: uma proposta de definição dos limites do brasil no século XIX. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Porto. Anais [...] . [Porto]: Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica, 2011. p. 1-18.

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. In: O correio da UNESCO, v. 19, n. 8, p. 4-9, 1991.

LIMA, André Nicacio. Primeiro atlas brasileiro, de 1868, vai muito além dos mapas. 2013. Disponível em: https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/primeiro-atlas-brasileiro-de-1868-vai-muito-alem-dos-mapas/. Acesso em: 05 out. 2024.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos. n. 5, jul 1998, Rio de Janeiro.

LIMA, Walter de Paula. Impacto Ambiental do Eucalipto. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 1996.

MELLO, Francisco Inácio Homem. Geografia-Atlas do Brasil e das cinco partes do mundo. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1912.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico no Espírito Santo. Tese (Doutorado em História), UFES/CCHN, 2016.

Projeto MapBiomas – Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, acessado em 17 de outubro de 2025, através do link: https://brasil.mapbiomas.org/

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCARIM, P. C.. A DESCONSTRUÇÃO DA DOUTRINA DO DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO ?. In: BRASIL.. Terra Livre, v. 1, p. 203-220, 2010.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, pelo incentivo e financiamento de bolsa de pesquisa para os dois autores deste artigo.